

PARA AJUDAR EMPRESAS E FAMÍLIAS A SOBREVIVEREM À CRISE DA COVID-19

Governo deve abandonar a “táctica de avestruz” como instrumento de política económica



Numa economia de mercado, a função económica fundamental de um Governo é de corrigir falhas de mercado para promover o bem-estar da sociedade através da alocação eficiente dos recursos disponíveis e evitar a exclusão dos cidadãos do acesso a bens e serviços de necessidade básica, por falta de rendimentos ou pelo encarecimento do custo de vida. Esta interven-

ção do Estado na economia é particularmente necessária em momentos de crises, como a que o país enfrenta actualmente, pelo seu papel na minimização dos efeitos negativos sobre os agentes económicos.

Foram acções deste tipo que muitos países africanos tomaram para salvar seus povos e suas economias dos efeitos negativos da pandemia da covid-19. Por exemplo, no passado



Creditor: Jornal O País

dia 22 de Abril, o Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, anunciou um pacote de resgate de 500 bilhões de rands (26,3 bilhões de dólares), equivalente a 10% do PIB, para tentar amortecer o golpe económico da pandemia da covid-19¹. O Ruanda, que foi um dos primeiros países africanos a impor um confinamento social a 21 de Março, anunciou o uso dos salários de Abril dos ministros e altos funcionários do Estado para programas sociais de apoio à população mais afectada pela crise económica gerada pelo coronavírus; distribuiu produtos básicos para 20 mil pessoas, num país com 12 milhões de pessoas, das quais 40% vivem abaixo do limiar da pobreza². De igual modo, a 7 de Abril, o Presidente do Malawi, Peter Mutharika, ordenou uma redução de 10% no seu salário e dos restantes membros do Governo, por 3 meses, para aplicar no alívio à crise da covid-19. O Governo do Malawi anunciou também cortes nos preços dos combustíveis³.

Infelizmente, mesmo sendo o Estado o

maior agente económico em Moçambique, o paradigma de governação económica do Executivo de Filipe Nyusi para responder à crise da covid-19, tem oscilado entre o anúncio de decisões ou intenções de políticas públicas sem o devido acompanhamento técnico e legal para a sua efectiva realização. Mas mais grave ainda é a total falta de intervenção do Governo, numa acção de “fuga” às suas responsabilidades e obrigações. Esta atitude só lembra o comportamento de avestruz quando se depara com um perigo ou problema.

Desde a declaração da primeira fase do Estado de Emergência, no passado dia 30 de Março, que as empresas, particularmente as de pequena e média dimensão, clamam por ajuda financeira para manter as suas actividades; e as famílias moçambicanas de baixo rendimento começam a desesperar perante a iminência de fome causada pela obrigatoriedade do cumprimento das medidas restritivas sem as necessárias condições logísticas para o efeito.

¹ <https://noticias.mmo.co.mz/2020/04/ramaphosa-da-africa-do-sul-promete-pacote-de-resgate-covid-19-no-valor-de-10-do-pib.html>

² <https://www.bantumen.com/2020/04/07/governo-ruanda-renuncia-a-salarios-de-abril-para-combater-covid-19/>

³ <https://cartamz.com/index.php/politica/item/4853-covid-19-malawi-presidente-mutharika-e-ministros-reduzem-salario>



Como resposta, o Governo anunciou que, nos primeiros 100 dias de 2020, disponibilizou 48 mil milhões de meticais para o combate aos efeitos económicos negativos da covid-19, dos quais 27 mil milhões para os seguimentos populacionais e também para os micro-negócios⁴. No entanto, a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) veio esclarecer publicamente que não recebeu tal ajuda financeira do Governo⁵. As famílias moçambicanas, sobretudo, as de baixo rendimento e dependentes da actividade económica informal, continuam a ver o seu poder de compra cada vez mais reduzido pela deterioração das suas fontes de rendimento e pela subida generalizada dos preços dos produtos de primeira necessidade. É caso para dizer que a eclosão e propagação da pandemia da covid-19 têm revelado que o povo moçambicano é, provavelmente, o “patrão” mais empobrecido do mundo.

Mesmo com a entrada nos cofres do Estado dos 309 milhões de dólares emprestados

pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para o financiamento do programa governamental de combate à covid-19⁶, o Governo de Moçambique não está a usar essa “folga financeira” para realocar algumas dotações do Orçamento de Estado e financiar as empresas e programas de protecção social.

Pelo contrário, o Governo de Moçambique está a entregar aos empresários, sem transparência e prestação de contas, 600 milhões de meticais resultantes dos descontos dos trabalhadores ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). Este valor irá complementar os cerca de 1 bilião de meticais que serão canalizados ao sector privado através do Banco Nacional de Investimentos (BNI)⁷.

A falta de políticas claras de incentivo à economia, incluindo para ajudar as famílias desfavorecidas, acontece numa altura em que o país assiste a actos vergonhosos de distribuição de riqueza, através de subsídios de reintegração entre a classe política e legislativa. Isso num ano em que os trabalhadores

⁴ <https://www.jornalxopela.com/2020/04/100-dias-de-governo-o-pais-continua-firme-e-focado-filipe-nyusi/>

⁵ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/05/MITIGA%C3%87%C3%83O-DOS-EFEITOS-DA-COVID-19_-O-dinheiro-do-INSS-%C3%A9-para-os-trabalhadores-e-n%C3%A3o-para-as-empresas-.pdf

⁶ <https://observador.pt/2020/04/25/fmi-aprova-309-milhoes-de-dolares-para-ajudar-mocambique/>

⁷ https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/5163-inss-injecta-fundo-as-pme-afectadas-pela-covid-19?-fb_comment_id=3050345145081446_3050776665038294

foram “obrigados” a aceitar o congelamento dos seus salários em nome da protecção dos seus postos de trabalhos⁸, facto que, por sinal, não se tem verificado em vários casos⁹.

O Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD) exige que o Governo faça muito mais do que tem feito até agora para garantir a continuidade do funcionamento das empresas e, conseqüentemente, garantir a disponibilidade de produtos básicos para a população durante a vigência desta crise e sem comprometer o emprego dos moçambicanos. As medidas anunciadas pelo Governo, tanto de política monetária como de política fiscal, são irrisórias para a dimensão da crise económica e financeira que a covid-19 esta a causar. A produtividade e as receitas das em-

presas estão a baixar, muitas famílias de baixo rendimento já passam fome pelo facto de, até ao momento, não existir um plano do Governo para apoiar aos cidadãos cuja subsistência depende da economia informal, num cenário que é piorado pela especulação de preços dos produtos alimentares básicos. Esta é uma situação económica terrível que exige rapidez, muita criatividade e capacidade intelectual do Estado para manter a economia a funcionar. Neste momento de grande risco para a já frágil economia, é crucial que haja uma plena sincronização entre os órgãos decisores de políticas públicas e aqueles que as implementam para que, desta forma, haja maior eficiência na implementação das medidas proteccao à economia em tempos de crise.

⁸ <http://opais.sapo.mz/covid19-suspensas-negociacoes-sobre-o-salario-minimo>

⁹ <https://www.dw.com/pt-002/covid-19-pandemia-gera-demiss%C3%B5es-em-mo%C3%A7ambique/a-53144017>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Agostinho Machava

Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

